

3º Congresso Internacional AGE.COMM

SUSTENTABILIDADE NO ENVELHECIMENTO

Contributos da assistente social M^ª LEONOR SAMPAIO BOTELHO (1915-1996) na expansão do SERVIÇO SOCIAL no contexto ESTADO NOVO

Ernesto Candeias Martins

Instituto Politécnico de Castelo Branco

16-18 | Novembro | 2023

Castelo Branco

congress-agecomm.eventqualia.net

A Figura de Maria Leonor Botelho no arco histórico do Estado Novo e depois no regime democrático



Trilogia: Deus, Pátria e Família

A assistente social **M^a Leonor Correia Sampaio Botelho (1915-1996)**, nasceu **Escalos de Cima, no concelho de Castelo Branco**. Foi das primeiras licenciadas do **Instituto de Serviço Social de Lisboa (1935-39)**. O seu percurso percorreu 3 momentos políticos distintos:

1)-período salazarista: atividade docente, deputada da Assembleia Nacional de 1949-1957, pertence a vários organismos estatais OMEN-Obra das Mães pela Educação Nacional, à parte feminina do comissariado da Mocidade Portuguesa Feminina, à União Noelista Portuguesa, Conferências de São Vicente de Paúl ...);

2)-período marcelista trabalha na área do serviço social em várias instituições e organismos;

3)-período Pós 25 de Abril continuando o seu trabalho **assistente social em instituições de apoio às famílias**, na educação e apoio às crianças com necessidades educativas especiais.

O nosso propósito foi de trazer à luz, no âmbito da História da Assistência Social, esta figura beirã do 'social', analisando hermenêuticamente as várias fontes documentais (escassas fontes primárias, mais secundárias), contextualizadas no tempo histórico e recorrendo às narrativas de familiares.

FONTES DOCUMENTAIS e ARQUIVÍSTICAS da INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

Realizámos uma pesquisa **histórico-descritiva/histórico-documental** sobre aquela personagem do social, com recurso **procedimentos heurísticos** de recolha de dados **e à metodologia hermenêutica** de análise de dados, nos centros arquivísticos/documentais, por exemplo:

Arquivo do Cardeal Cerejeira no Patriarcado de Lisboa (Seção do Instituto de Serviço Social); Arquivo do Instituto Nacional de Saúde -Dr. Ricardo Jorge (documentos no Instituto de Serviço Social); Arquivo Salazar na Torre do Tombo (documentos/monografias do Instituto de Serviço Social, entre 1936-45); Arquivos Distritais de Castelo Branco, Santarém Cascais; Biblioteca Municipal de Santarém (período Colégio Nossa Senhora dos Inocentes e no Liceu Sá da Bandeira); Biblioteca Municipal de Castelo Branco e Arquivo do Liceu Nuno Álvares ou Agrupamento de Escolas Nuno Álvares de Castelo Branco; Biblioteca Municipal de Lisboa e António Botto de Abrantes; consulta de fontes primárias e secundárias ('Dicionários de figuras feministas'); Centro Documentação da Assembleia da República (registos das intervenções Assembleia Nacional, entre 1944-57); acervo monográfico do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada de Lisboa; obra de José Lopes Dias (1945); a imprensa e legislação sobre a política social e assistencial da época; contactos e consulta documental à família de M^a Leonor (2018-19); anotações dos contactos informais com a Junta de Freguesia dos Escalos de Cima/Castelo Branco; estudos sobre serviço social; etc.

As fontes consultadas permitiram a sua análise hermenêutica de reconstrução da vida e percurso social de M^a Leonor, que abrange 3 momentos políticos: a implementação do Estado Novo salazarista até finais da década de 60, tendo por base a Constituição de 1933; o período marcelista até 1974; e a democracia pós 25 de Abril, em que a situação da assistência social às famílias e o apoio às mulheres trabalhadoras em Portugal mudou radicalmente. Este arco histórico serviu-nos como marco temporal, para caracterizar a institucionalização do 'serviço social, no contexto político-ideológico corporativista e assistencialista do regime, com referência à formação/docência de M^a Leonor, à sua intervenção parlamentar e social até à sua aposentadoria. As questões relativas ao serviço social no salazarismo efetuavam-se na Assembleia Nacional, pela ação das organizações estatais, da Igreja (União Noelista Portuguesa, Conferências Vicentinas) e organizações internacionais (União Católica Internacional de Serviço Social), que implicaram o distanciamento do serviço social da legitimidade conferida pelo Estado.



Maria Leonor Botelho no arco histórico do Estado Novo até 1974 e depois no regime democrático.

Estruturamos metodologicamente em 3 pontos de análise:



(1)-Formação académica de M^a Leonor Botelho, surgimento e institucionalização do serviço social (criação de escolas, significado da profissão) no regime salazarista e marcelista;

(2)-Ação parlamentar de M^a Leonor Botelho relativo à política social, à proteção dos menores, propostas de medidas de assistência social às famílias trabalhadoras e mais vulneráveis, defesa do papel da mulher trabalhadora, etc.

(3)-Atividade sociais (trabalhadora social) e educativas de Maria Leonor Botelho

Na reconstrução do percurso de vida de M^a Leonor destacaremos os seus contributos em prol da profissão serviço social, como trabalho social, embora na época dependesse do doutrinamento do regime. O serviço social realizou-se nos meandros do significado atribuído pelo salazarismo à profissão, no âmbito do catolicismo progressista, por vezes oposto, às recomendações e ações.

O nosso propósito foi de dar conhecer, âmbito da História da Assistência Social, esta figura beirã do social, pela análise hermenêutica as várias fontes documentais (escassas fontes primárias, mais secundárias), contextualizadas no tempo histórico e recorrendo às narrativas de familiares.

Todo o percurso de intervenção de M^a Leonor Botelho insere-se, numa época, em que o assistencialismo tinha uma vertente da doutrina do Estado e de índole católica e, simultaneamente, em que o acesso da mulher na sociedade era impedida pelas normas do regime e, por isso lutou pela dignificação profissional do 'serviço social como 'trabalho social', pela proteção da mulher no trabalho e outras medidas assistenciais modernas e pelos apoios às famílias mais vulneráveis, pobres e em exclusão social. Tornou-se numa voz incómoda, no regime salazarista deixando de ser parlamentar, mas, naturalmente, nunca o pôs em causa, apesar de algumas desilusões em termos de política social no período salazarismo.



- **Maria Leonor Botelho: Formação académica e exercício docente**



Fotos: A jovem M^a Leonor Botelho em 1927 e 1928, respetivamente



Foto – Caderneta Escolar de M^a Leonor com notas de registo, datado de 19/19/1931, no Liceu Nuno Álvares de Castelo Branco (Arquivo do Liceu Nuno Álvares).

M^a Leonor fez a sua **formação primária na sua terra natal** e, depois, no **Colégio de Nossa Senhora dos Inocentes (Santarém)**, com bom aproveitamento, em regime de pensionato. Realizou os **estudos secundários nos liceus de Santarém (1926-31) e Castelo Branco (1931-35)**. Desde jovem, manifestou a sua preocupação pelos problemas sociais e proteção das famílias mais desfavoráveis, necessitadas e pobres. A sua vocação era ser assistente social e decidiu frequentar o respetivo curso de **SERVIÇO SOCIAL** no **Instituto de Serviço Social, em Lisboa** (entre 1936 a 1939), onde se licenciou. Nos inícios da década de 40 foi **bolseira em vários países europeus** (França, Bélgica, Espanha, Itália), com a pretensão de aprofundar conhecimentos de serviço. Foi convidada para **professora no Instituto de Serviço Social (1943-44 até 1984-49)**, no curso de licenciatura e no Curso Normal Educadoras Familiares, tendo sido membro da direção. Lecionou ainda em outras instituições: **Escola de Auxiliares Sociais de São Pedro de Alcântara (1942-45 a 1953)**; **Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge (1942-44)**; **Escola de Auxiliares Sociais de S. Vicente de Paulo (1942-45)**; **Escola Técnica de Enfermeiras do Instituto Português de Oncologia (1942-60)**; **Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha Portuguesa (1953-55)**.



- Maria Leonor Botelho e as organizações femininas do Estado Novo e religiosas

O ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco criou 1936 a primeira organização estatal de mulheres, a **Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN)**, para «**estimular a ação educativa da família**», «assegurar a cooperação entre esta e a Escola» e «preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais». A OMEN pretendia: por um lado, a **reeducação das mães e a assistência materno-infantil, através dos centros sociais e educativos**, das «semanas da mãe» e dos «prémios às famílias numerosas» e, por outro lado, a **antecipação e prolongamento da escolaridade através da educação infantil, das cantinas escolares e da criação da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)**.



Afastar a mulher da fábrica e a jovem da rua e da prostituição foram objetivos compartilhados tanto pelas associações femininas católicas como por outras, laicas, entre as quais se contou a associação Florinhas da Rua, fundada em 1917, pela futura dirigente da Obra das Mães, condessa de Rilvas, anos depois o Instituto Médico-Pedagógico Condessa de Rilvas (1927).

Outra instituição também vocacionada para o **apoio às jovens da província que migravam para a cidade** foi a **Obra de Proteção às Raparigas (OPR)**, que criou, em 23/10/1937, a **primeira Escola de Profissão Doméstica**, mais tarde dirigida por Maria Joana Mendes Leal, futura dirigente da MPF. Nas vésperas da criação das organizações femininas estatais, existiam inúmeras outras associações de caridade e de beneficência geridas por senhoras da aristocracia e das classes altas da sociedade. Embora muitas dessas associações, públicas ou privadas, já existissem anteriormente – caso da **Liga de Profilaxia Social do Porto**, muitas surgiram a partir dos **anos trinta, iniciativa da Igreja e dirigidas por mulheres católicas e familiares de governantes do Estado Novo**. Muitas outras associações tinham um carácter educativo e laico. Nem só as mulheres ligadas ao regime atuavam nestas associações; também outras, como as organizadas Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), apoiavam a ação assistencial e filantrópica.



- Maria Leonor Botelho e as organizações femininas do Estado Novo e religiosas

Por **finais de 1936** Salazar remetera à Assembleia Nacional a proposta de lei sobre o regime jurídico das futuras **CASAS DOS PESCADORES**. O conteúdo pouco se afastava do texto final que seria vertido na Lei n.º 1953, de 11 de março de 1937. Este normativo começava por sublinhar o perfil e a vocação originais das Casas dos Pescadores: organismos de previdência destinados a garantir o seguro corporativo contra acidentes de trabalho, bem como a assistência material, moral e religiosa. No plano da **ASSISTÊNCIA**, a formulação era menos concreta e ainda mais doutrinária: «As Casas dos Pescadores com dever conservar e acarinhar todos os usos e tradições locais, especialmente os de natureza espiritual, ligados à formação dos sentimentos e virtudes da gente do mar».

Em matéria de previdência e de assistência, a lei previa que as Casas dos Pescadores cobrissem diversas modalidades: **a assistência médica, a atribuição de subsídios por nascimento de filhos, por doença, invalidez e velhice**. Antevia, a **atribuição de subsídios ou pensões por morte às famílias, caso os recursos financeiros dos organismos o permitissem**. O **auxílio material ou a concessão de subsídios às famílias** em «épocas de crise no trabalho ou invernias», também não escapou ao legislador.



D.ª Maria de Jesus Correia Botelho, mãe de M.ª Leonor Botelho

A Assistente social **MARIA LEONOR BOTELHO** foi **vice-presidente nacional** da **União Noelista Portuguesa**, colaborou **Conferências de São Vicente de Paul** e **OMEN-Obra das Mães pela Educação Nacional**, tendo dirigido o respetivo centro social de Cascais (1939-1948) e, ainda pertenceu à **Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)**. Ocupou o cargo de superintendente e chefiou os serviços sociais do **Instituto de Assistência à Família** (1947-1949) e da **Junta Central das Casas dos Pescadores** (1957).

A partir de 1958, colabora regularmente com **Centro Rural de Escalos de Cima**, sob a **direção da sua mãe**, inaugurada pela OMEN (Foto da mãe à esquerda).



• Institucionalização do serviço social no Estado Novo

Nos começos do XX, a influência da **Medicina Social** foi enorme no país (movimento higienista e eugenista, modelo médico-pedagógico de tratamento), destacando-se muitas celebridades nas áreas da medicina, sociologia e pedagogia. Na 1.ª República há um leque de figuras dedicadas ao **'serviço social organizado'**, que promoveram campanhas e ações de índole social, programas de assistência técnica, ação da Condessa de Rilvas no 1º Congresso da União Nacional, A. Aurélio da Costa Ferreira organizando cursos formativos, o pedagogo A. Faria de Vasconcelos, nascido em Castelo Branco e diretor do Instituto de Orientação Profissional (1926-39) definindo, em 1921, as funções da **'enfermeira visitadora'**, Pacheco de Miranda publica um ensaio sobre **'Serviço Social'** (1924), no seguimento das ideias preconizados por Mary Richmond e Richard Cabot, etc. A institucionalização do serviço social remete-nos para criação das primeiras escolas, em contextos sociopolíticos da época, em que o Estado responde pela institucionalização de formas de intervenção (políticas sociais). As novas políticas sociais passaram a exigir novas especializações mais adequadas à implementação de dispositivos e/ou medidas, entre as quais a institucionalização do serviço social, de modo a articular-se a 'ação estatal' e as formas tradicionais de assistencialismo (organizações religiosas, associações filantrópicas), com implicação na formação dos assistentes sociais e nos seus modos de intervir.



Podemos **estabelecer 2 fases dessa institucionalização do serviço social no Estado Novo:**

a)-Fase de 'Construção' (anos 30 e 40 até à crise nos anos 60). O serviço social tem um percurso potenciado pelas modificações do regime, com o reconhecimento das escolas e uniformização da formação em serviço social na base da doutrina político-ideológica de teor **'humanista, corporativo e cristão'**, para uma reforma de mentalidades. Surge, o projeto de criação dos institutos de serviço social e a sua articulação com a educação, perspetivando uma **profissão do 'social' na base do modelo médico** (higienista) **e pedagógico**, isto é, como prolongamento da ação médica. Este enfoque abrange a formação dos assistentes sociais (disciplinas na área das ciências médicas, estágios em instituições médico-assistenciais), suprimindo uma conceção do serviço social delimitada pela expectativa do contributo ideológico do regime para uma 'reforma da educação', fruto da estratégia de intervenção sustentado no modelo do movimento católico da época, baseado na ação moral e educativa.



• Institucionalização do serviço social no Estado Novo

a)-Fase de 'Construção' (continuação): Em 1935, expandiu-se o ensino com a prática do serviço social, tanto no panorama nacional como no internacional, que levou à criação da primeira escola de serviço social, em Portugal: **Instituto Superior de Serviço Social**. Para tal criou-se a Associação de Serviço Social, mais tarde designada **Associação de Cultura e Formação Profissional** (alvarás nº 545 de 17/10/1935 e nº 227, de 20/12/1941), na '*Orgânica do Instituto de Serviço Social*' daquela Associação indicava-se que ela sustentava o Instituto com a ajuda do Patriarcado, na sua manutenção. Este estabelecimento de ensino feminino particular teve o impulso da vertente religiosa destinado a formar assistentes sociais, estabelecendo no seu projeto educativo a profissionalização do técnico de serviço social. O suporte jurídico-institucional dado pela Associação ao Instituto pretendia desenvolver a área do serviço social na base da doutrina (social) católica e da caridade cristã. O **curso de serviço social** que frequentou M^a Leonor (1935-39) e depois como docente até 1944, constava 3 anos, seguido de estágio de 4 meses (mais tarde os estágios passaram para 12 meses, pelo Decreto-Lei nº 36 914, de 14/06/1948). O Decreto-Lei nº 30.135, de 14/12/1939 reconhece o curso de formação ministrado às assistentes de serviço social, destacando-se no seu Preâmbulo a vertente político-ideológica desse ensino e o perfil profissional, dizendo que **"[...] estabelece os princípios gerais de orientação e coordenação a que hão de submeter-se os estabelecimentos de educação para o serviço social"**, propondo o currículo e programa de formação de assistentes sociais para **"[...] dirigentes idóneas e responsáveis no meio a que se destinam, ao mesmo tempo conscientes e ativas cooperadoras da Revolução Nacional"**. Tal como referia o Decreto-Lei nº. 30135, de 14/12/1939: **"às obreiras do Serviço Social, dirigentes idóneas, responsáveis e ativas cooperadoras da Revolução Nacional, animadas por sãs doutrinas - as de sentido humano, corporativo e cristão, junto de fábricas, organizações profissionais, instituições de assistência e particularmente entre as famílias humildes e de restrita cultura, as mais facilmente influenciáveis, com objetivos higiénicos, morais e intelectuais"**.

(b)-'Fase de 'Diversificação' de políticas estatais do regime, no após- II Guerra Mundial, provocou a atribuição de identidade ao serviço social, potenciando esta profissão para âmbito das políticas sociais, de teor corporativo e conservador. Até à década de 50, configurou-se a institucionalização do serviço social numa complexa articulação dos poderes político-ideológico, religioso e social, com propostas socioculturais e formas de controlo pelo Estado. As alterações a finais da década de 50, suscitaram estratégias de readaptação no plano político, por exemplo: o **autoritarismo administrativo**, o **reforço da organização corporativa** onde se integravam as atividades sociais, económicas e culturais, a orientação. A **heterogeneidade de estratégias**, efetuados por setores diferenciados dentro do Estado, terá a crescente polarização de orientações incompatíveis, oscilando entre o reforço e/ou ampliação dos mecanismos institucionais e sociopolíticos de regulação e legitimação do regime e, ainda, pela orientação de um modelo de modernização económica (corporativo), com influências europeias. Estas medidas, apresentavam a crise e esgotamento do modelo anterior, tornando-se problemática as situações sociais da população, com tensões internas no regime. Este reforça a organização corporativa, no âmbito da previdência social, de acordo com as necessidades da economia, criando novos organismos/estruturas de controlo e, de modo subsidiário, reorganizou as iniciativas privadas na área da assistência social, na base da intervenção estatal e mobilização dos tradicionais papéis da caridade (Igreja) e da família.



• Institucionalização do serviço social no Estado Novo

(b)-'Fase de 'Diversificação' de políticas estatais do regime (continuação). Todas as reformas expressam um acentuar do conservadorismo corporativista, de cunho assistencialista, nas formas de controlo político-administrativo impostas. Deste modo, criou-se uma formação complementar (pós-graduação) especializada titulada 'Serviço Social Corporativo' para preparar os assistentes sociais para harmonizar as relações sociais no trabalho, moralização do trabalhador com a família. Intensificou-se ação de orientação e auxílio social no trabalho.

A relevância do modelo médico, proveniente da formação de assistentes sociais (diploma de 1939) e de uma especialização 'visitadora escolar' (relação Ministério da Educação) nos institutos de serviço social, todos estes agentes são substituídos pelas 'visitadoras sanitária' (previsto no Decreto-Lei nº 20376/1931), que eram os agentes de serviço social com ação de vigilância no domicílio familiar (decisão da Assembleia Nacional na década de 1940. A formação dos auxiliares de serviço social colidia com a de 'visitadoras sanitárias' até à regulamentação do ensino de enfermagem, quando se unificou num único curso: 'auxiliares sociais' (Decreto-Lei nº 38884, de 28/08/1952).

A formação e inserção profissional destes trabalhadores sociais, formatados pela política de saúde e assistência da época, caracterizava-se pela não intervenção do Estado, sendo da responsabilidade privada e enquadrado na Direção-Geral de Assistência até 1974. Assistimos a uma reorientação progressiva da formação profissional, com a introdução em termos curriculares de formação de disciplinas em Ciências Sociais e dos métodos (case work, group work e community work) sob a influência do serviço social americano e à semelhança do que ocorria nos países desenvolvidos e democráticos.

No campo profissional o serviço social passou a estar influenciado pelas novas orientações do desenvolvimento humano e social do pós II Guerra Mundial, segundo a orientação de diferentes organismos internacionais. Em Portugal, assistimos à criação do Serviço de Promoção Social Comunitária e ao lançamento, de diversos projetos de desenvolvimento local e comunitário. Esta orientação, estruturante e inovadora, de sentido desenvolvimentista, coexistirá com os domínios tradicionais de exercício do serviço social e mormente com o serviço social corporativo e do trabalho, que consubstancia a orientação doutrinária e conservadora que se projeta da fase de institucionalização do serviço social.

O percurso de M^a Leonor e as suas intervenções como deputada na Assembleia Nacional fragua-se na ambivalência e carácter tensional da compatibilização entre posições conservadoras do regime e as novas orientações de serviço social, oriundas das teses de industrialização, que fizeram surgir contradições e tensões no seio do Estado, já que por um lado se queria manter a ordem social tradicional (rural, colonial) e, por outro lado o protecionismo da expansão industrial. É neste contexto que se desloca a intervenção do serviço social da família (assistentes familiares) para os problemas sociais, que era a função dos 'assistentes sociais'. Ou seja, havia 2 tipos de trabalhadores sociais com formação paralela, mas diferenciados na natureza da sua função, respetivamente à educação da família e perante os problemas sociais das pessoas, coletivos e famílias. Esta reorganização dos assistentes sociais influiu o seu percurso no serviço social, de índole sociológico, incluindo o pensamento social cristão (progressista) e as prioridades e exigências do económico. M^a Leonor nas suas intervenções na Assembleia Nacional defende o papel e da ação do serviço social, p. ex. no debate, em 1956 com o deputado Carlos Moreira que utilizava o termo “«trabalhador social» em vez de «agente social» não só porque aquele foi aceite internacionalmente, mas também porque a expressão «agente» poderia tornar-se num sentido pouco próprio à função das assistentes e auxiliares sociais



• Maria Leonor Botelho deputada na Assembleia Nacional (1949-57)

MARIA LEONOR participa na:

- ❖ **A revisão constitucional de 1945** praticamente a competência legislativa destes dois órgãos de soberania: a Assembleia Nacional e o Governo, seria cumulativa, devendo o **Governo substituir-se à Assembleia sempre que, por qualquer motivo, reconhecesse conveniência em o fazer.**
- ❖ **Na revisão constitucional de 19/01/1951** - o Governo submete à Assembleia Nacional uma proposta de revisão da Constituição que, na parte que interessa para este estudo, prevê as seguintes alterações de fundo: a) Deixar de figurar na Constituição o **modo de eleição do Presidente da República**; b) **Condicionar a elegibilidade a uma apreciação da idoneidade política dos candidatos pelo Conselho de Estado.**
- ❖ Sai antes da nova revisão de 1959, devido às eleições de 1958 em que General H. Delgado perde.



Esteve nas sessões da V Legislatura (1949-53) como **mulher que tem uma palavra a “dizer”**. Orientou a sua **ação na defesa da família e da mulher**, admite **“[...] uma vez assente que a mulher tem direito ao trabalho, há que protegê-la”**, instando o governo a tomar medidas que impedissem o trabalho noturno das mulheres, melhorias de higiene no trabalho e condições compatíveis com a sua dignidade.

- **Critica ausência de políticas para a família: “[...] Que objeções de toda a ordem para uma declaração judicial de indignidade paterna! Que dificuldades para obter a inibição do poder paternal”.**
- Enfatiza o **desenvolvimento do serviço social a fim de sujeitarem ao regime jurídico as infrações contra a vida da família**. A deputada **discute o projeto de lei relativo ao abono de família**, com o objetivo de reduzir a gravidade e frequência do abandono da família.
- Lembra nas suas intervenções que as **famílias numerosas são as mais prejudicadas e luta por uma política familiar, por um associativismo familiar e pela criação do abono de renda de casa**
- Propõe a **criação de um centro de formação social e uma estrutura completa e sistemática de assistência social para o Ultramar.**



• Maria Leonor Botelho deputada na Assembleia Nacional (1949-57)

Na VI Legislatura (período de 1953-57) M^a Leonor com uma maior atividade parlamentar, caracterizada pela lucidez e coragem com que ousou:

- ❖ Chama a atenção para situações sociais que achava serem demasiado injustas e que necessitavam ser alteradas
- ❖ Aborda questões ligadas ao serviço social, à mãe, à infância, à família e ao trabalho feminino, mas sobretudo situações causantes de mal-estar familiar .
- ❖ Faz várias considerações sobre desemprego e da proteção e assistência aos menores, por exemplo no cinema e espetáculos públicos. Critica o cariz repressivo da lei em vigor, propondo que se dê um maior sentido educativo; dobragem dos filmes; um estímulo e financiamento à produção e exibição de cinema infantojuvenil; criação de cineclubes e casas de espetáculo; classificação do valor educativo e moral dos filmes infantis.
- ❖ Na proteção à família, não poupa críticas às soluções que o Estado propunha “[...] a concessão de sopas e subsídio para épocas de crise... aproveitamento profissional dos diminuídos e deficientes físicos”, já que não evitava os problemas constantes como o desemprego e assistência medicamentosa, baixos salários, a ausência de abono de família a rurais e da habitação.
- ❖ Critica ‘porcionismo’, sistema que conduz ao efeito perverso de o serviço social familiar, em que o Estado em vez cumprir com a sua missão de assistência às famílias, passou “[...] assistir aos orçamentos dos hospitais, das instituições, das câmaras municipais... E eu como assistente social e responsabilidades neste sector, leal e fracamente não posso calar o meu desagrado por este estado de coisas”.
- ❖ Exige um “plano de ação de emergência” com profilaxia social, equipamento portátil, educação, condições para reintegração de doentes e o seguro social do tuberculoso.
- ❖ Aborda , ainda: o estado da demografia e a decrescente natalidade em Portugal, apelando ao contributo da OMEN;
- ❖ Apoia a proposta de lei relativa ao Plano de Formação Social e Corporativa.



M^a Leonor esteve no Parlamento num período de abertura e pluralismo limitados de pós-guerra (1945-1961) e no «período de crise do sistema partidário» coincidente com a crise da organização política União Nacional, saindo antes do período de endurecimento do Regime no quadro da guerra colonial (1961-1968). Integra na V à VI legislatura no período 1949-1957 na Assembleia Nacional a comissão do Trabalho, Previdência, Saúde e Assistência Social de 1945 a 1957 .



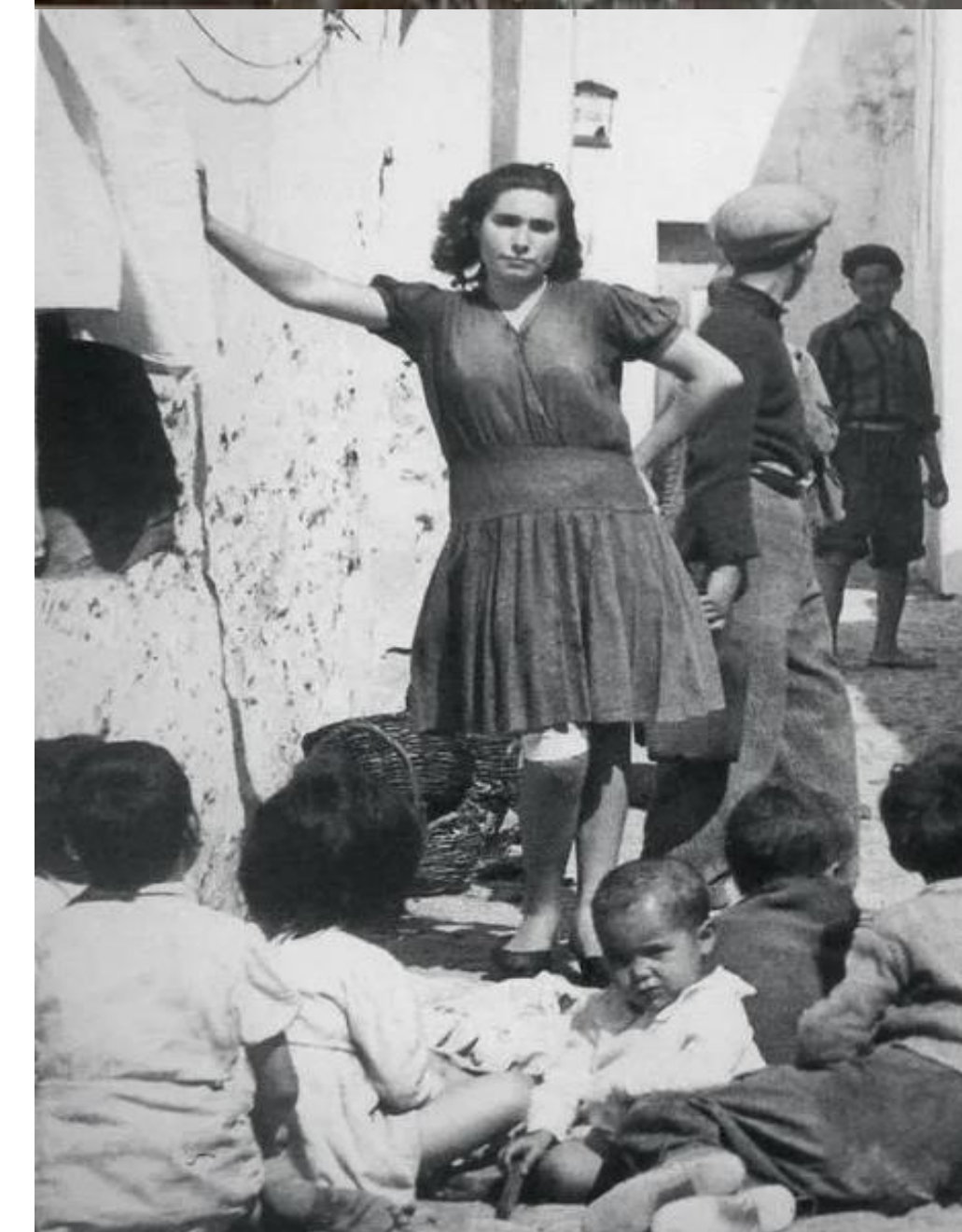
M^a Leonor Botelho na defesa da Mulher – Trabalhadora e Mãe



Salazar lançou, na década de 40, o slogan *'A Mulher para o lar'*, mas paradoxalmente as mulheres trabalhavam na reparação/construção de estradas, nos cais como carrejonas, nas fábricas, etc., ganhando 2/3 do salário do homem e sendo exploradas.

M^a Leonor para conhecer melhor essa realidade social **fez-se operária de uma fábrica de conservas de peixe em Setúbal – nome fictício de 'Luísa Beja'**, com o objetivo de se inteirar da realidade feminina, como operária e mãe, nos seus respetivos problemas de toda a espécie. Para além de ir trabalhar com outra identidade também se vestia e se arranjava de forma totalmente diferente (fazia tranças no seu cabelo), de tal modo que os pais chegaram a cruzar-se com ela na rua e nem sequer a reconheciam. Para além de ir trabalhar com outra identidade também se vestia e se arranjava de forma totalmente diferente (fazia tranças no seu cabelo), de tal modo que os pais chegaram a cruzar-se com ela na rua e nem sequer a reconheciam.

Os intentos do regime até 1974, no que concerne o reenvio da mulher para o lar foram relativamente bem sucedidos até à década de 60, o que implicou um incremento de ingresso feminino na esfera laboral, ainda que a % de mulheres casadas tenha permanecido relativamente baixa, indiciando efeitos concretos da propaganda do regime. Embora, esse ingresso feminino tenha existido não permitiu o questionamento ao Estado, como as intervenções na Assembleia de M^a Leonor sobre o paradigma instituído ao nível familiar, social relativamente ao estatuto da mulher. Perante o cenário social da mulher à época, M^a Leonor Botelho defendeu o papel da mulher trabalhadora e na família, defendendo os direitos da mulher, a sua dignidade e condição na sociedade, como mãe e trabalhadora.



M^a Leonor e atividades sociais e educativas depois 1974

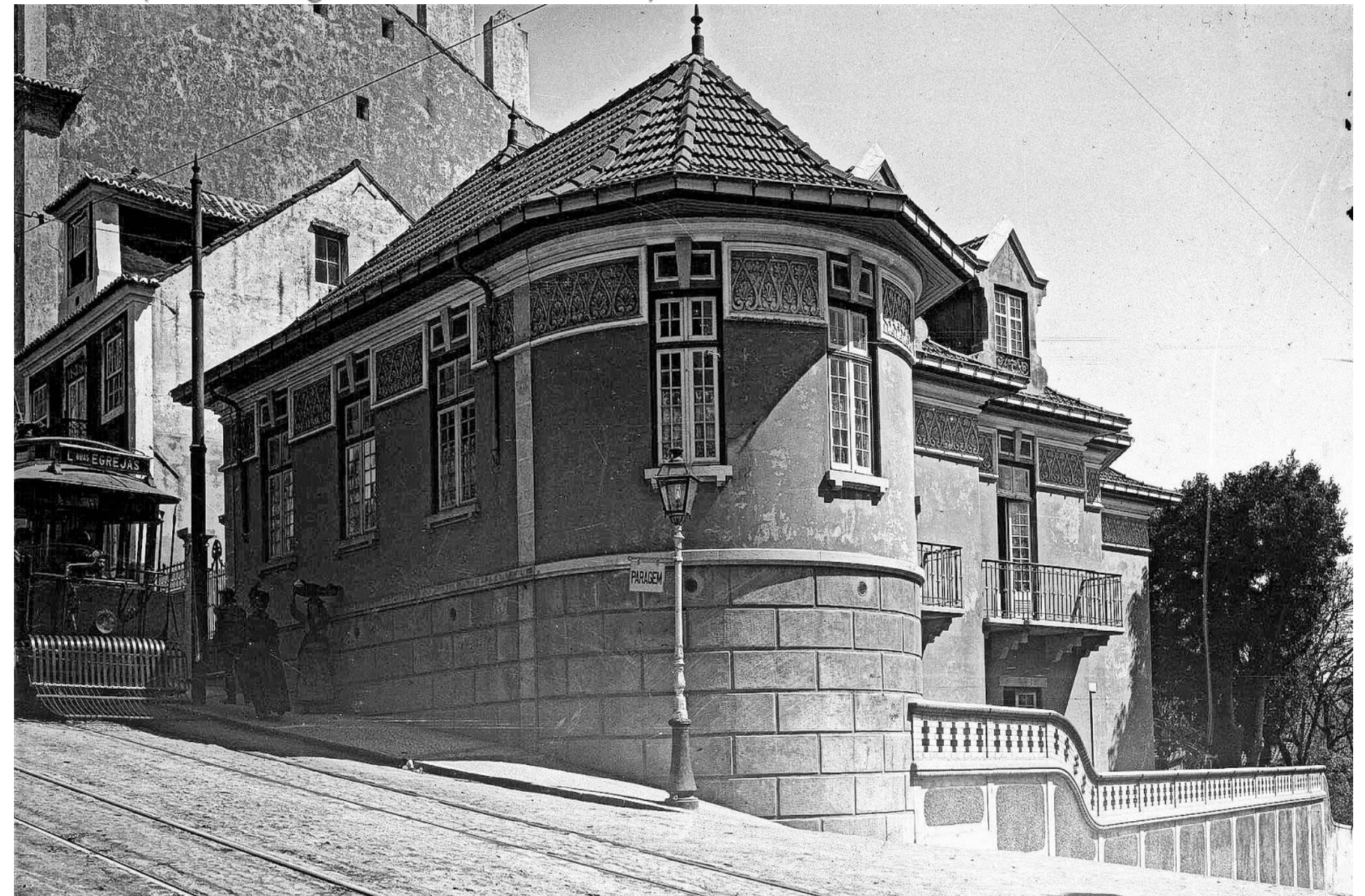
Trabalha no Banco Nacional Ultramarino, chegando a diretora dos respetivos serviços sociais (1962), lugar de que foi afastada após o 25 de Abril de 1974

M^a Leonor após o 25 de Abril de 1974 dedica-se à APPACDM -Associação de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais de Lisboa (antiga Associação de Pais e Amigos das Crianças Mongoloides) muito devido a que um dos seus sobrinhos, o Zé Rui, de Viana do Castelo, tinha Síndrome de Down e talvez, por isso, se interessasse pela educação especial e poder trabalhar para aquela instituição no setor social com as famílias. Iniciou a suas **funções de serviço social no 2º Centro da APPACDM de Lisboa, em novembro/1976**. Trabalhava com as crianças deficientes, tratava de assuntos sociofamiliares e esclarecia as famílias. **No final do seu segundo ano em funções, M^a Leonor comunica à direção da APPACDM alguns aspetos, de natureza arquitetónica, funcional e pedagógica, que contribuíam para um mau funcionamento daquela instituição** (condições precárias e falta de pessoal) **que mereciam uma resolução urgente, alegando um leque de críticas que motivou a sua demissão por razões de natureza particular e profissional, em agosto/1978**.

A crescente procura aumenta a necessidade de dar resposta às solicitações das famílias e passa a ter diversas valências para promover desenvolvimento da criança; despistar eventuais atrasos de desenvolvimento; promover a inclusão de crianças com necessidades especiais na família e na comunidade.



Fotos da entrega de brinquedos aos filhos dos funcionários do BNU – Festa de Natal e Ano Novo de 1958 (Fonte: Fotografias da família Botelho)



CSSCJ-Centro Social do Sagrado Coração de Jesus Rua São Domingos, nº 60 -Lisboa (trabalhou entre:1978-1981).



• ALGUMAS IDEIAS E CONTRIBUTOS...

- M^a Leonor foi uma **assistente social bastante ativa**, nesse período salazarista e marcelista, imbuída com uma conceção afeta ao catolicismo social e adequada à doutrinação corporativista, mas contribuindo para a **significação da profissão do 'serviço social'**, expressando como deputada os temas sociais, apelando por melhores políticas às famílias vulneráveis e trabalhadoras, defendendo a mulher trabalhadora, a proteção social nos menores, melhores condições de seguro laboral, etc.
- M^a Leonor **contribuiu para difusão do serviço social, em Portugal, dentro do significado atribuído pelo salazarismo a essa profissão, no processo de institucionalização, a partir de 1930 a 1950, à modernização e profissionalismo dos assistentes sociais, mas nunca deixando de o fazer no âmbito de um catolicismo progressista, por vezes opostas às ações políticas do regime da época.**
- Relembrar que **até à década de 70 o serviço social** cingiu-se por uma **prática conservadora centralizada no caso, no grupo e comunidade**, transformando-se **depois numa visão mais integradora, onde todos os níveis de intervenção eram analisados**, bem como a **influência no processo da dimensão política e organizacional**. Esta **reconceptualização dos modelos do serviço social, rompe com modelos clássicos da área surgindo uma nova visão alternativa**, que assenta **no ideal de justiça social**. O cumprimento desse objetivo, o novo enfoque converge na prática de *empowerment*, com o pretexto de capacitar o indivíduo e a sua autodeterminação. Em contraposição com a visão de Malcolm Payne, Dominelli define a existência de **três outras vertentes no Serviço Social**: a **emancipatória, a adaptativa e, ainda a terapêutica de ajuda**. Se a primeira se concretizava pela justiça social, por meio da mudança social e individual, pelo contrário a segunda pretende que o indivíduo se ajuste e seja capaz de desenvolver a sua vida de acordo com as normas e, finalmente, a terceira centra-se na procura do entendimento do indivíduo.



• ALGUMAS IDEIAS E CONTRIBUTOS...

- M^a Leonor tornou-se numa voz incómoda como DEPUTADA (1949-1957) apelando à melhoria das políticas sociais e das mulheres trabalhadoras e, por vezes é referida nas emissões de propaganda da Rádio Moscovo 3, que originou a sua não indicação para as listas da Assembleia na seguinte legislatura. Foi sempre uma **defensora das suas convicções sociais**, um bom exemplo desse descontentamento e incomodidade para o regime foi um **episódio na Assembleia Nacional** onde apresentou **as contas da semana de um trabalhador com família e, depois de um caloroso debate com um deputado, pretendeu dar-lhe 25 tostões e questionou-o se conseguia viver com esse valor de um operário.**
- Em definitiva M^a Leonor **contribuiu para difusão do serviço social**, em Portugal, dentro do significado atribuído pelo salazarismo a essa profissão, **no processo de institucionalização, a partir de 1930 a 1950**, à **modernização e profissionalismo dos assistentes sociais**, **mas nunca deixando de o fazer no âmbito de um catolicismo progressista, por vezes opostas às ações políticas do regime da época.**
- Sempre considerou o serviço social como uma profissão necessária à implementação da política social, que **contribuiu para as mudanças sociais e resolução dos problemas reais das famílias e do povo em geral.** Uma demonstração dessa dedicação à assistência e ao social é o facto que após se reformar continuou a trabalhar, **tomando a seu cargo a sua mãe** em Lisboa (idêntico a cuidadora informal na atualidade).



Bibliografia de Consulta

- BARRETO, Álvaro. (org.) (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS
- BRAGA, P. D. (2014). A educação em debate na Assembleia Nacional portuguesa: o contributo das mulheres deputadas (1945-1957). *Caderno Espaço Feminino* (MG-Br), v. 27, n. 1, jan./jun., p. 1-23. <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/issue/view/1174>
- CARVALHO, A.; M. H. (1987). *Serviço Social no Estado Novo*. Coimbra: Centelha
- CASTRO, Zília Osório de & ESTEVES, J. (Dir.) (2005). *Dicionário no feminino: séculos XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte
- COVA, A.; PINTO, A.C. (1997). O salazarismo e as mulheres – uma abordagem comparativa. *Penélope* (Univ. Nova de Lisboa), nº 17, p. 71-97
- CRUZ, M. Braga da & PINTO, A. C. (Dir.) (2004). *Dicionário biográfico parlamentar 1935-1974*, Vol. 1 (A-L). Lisboa: Assembleia da República/I,C.S. da ULisboa
- CRUZ, M. Braga da & PINTO, A. C. (2005). *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935 1974*. Vol. IV (M-Z). Lisboa: Assembleia da República/ICS ULisboa
- DIAS, José Lopes (1945). *12 lições sobre o Serviço Social*. Castelo Branco: Edição Autor
- Gorjão, Vanda. (2002). *Mulheres em Tempos Sombrios -Oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, ICS da Universidade de Lisboa
- HENRÍQUEZ, B. A. (2001). O estado de mal-estar social salazarista e a política social do Estado Novo. *Intervenção Social*, nº 23-24, p. 33-51
- INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA (1944). *Assistente Social M^a Leonor Botelho e aluna (1943-1944)* [Documento icónico, Arquivo do Instituto Superior de Serviço Social, Universidade Lusíada de Lisboa]. Lisboa: ULL
- MARTINS, Alcina. (1999). *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- MARTINS, Alcina (2003). *Investigação em Serviço Social : perspetivas atuais. Serviço Social : unidade na diversidade encontro com a identidade profissional*. Lisboa: APSS
- MARTINS, Alcina (2017). Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical. *Revista Em Pauta* (Brasil), n. 40, v. 15, p. 40-56
- MATOS, J. R. (2005). *Apontamentos para a história de Escalos de Cima*. Castelo Branco: Alma Azul
- MELO, H. P. (2017). *Os Direitos das Mulheres no Estado Novo – A Segunda Guerra Mundial*. Coimbra: Livraria Almedina
- MONTEIRO, A. (1995). A formação académica dos assistentes sociais uma retrospectiva crítica de institucionalização do Serviço Social em Portugal. *Intervenção Social*, 11-12, p. 43-76



Bibliografia de Consulta

- MOURO, H.; CARVALHO, A. (1987). *Serviço Social e Estado Novo*. Coimbra: Centelha, 1987.
- PASSARINHO, I. (2008). Assistente Social – percursos e construção identitária. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação* (Lisboa), nº 6, p. 21-34
- PIMENTEL, I. F. (1999). A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), (2.º-3.º), p. 477-508
- PIMENTEL, I. F. (2000). *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates
- PIMENTEL, I. F. (2003). Botelho, Maria Leonor Correia Sampaio. In: A. S. NÓVOA (Dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses* (p. 185-186). Lisboa: Ed. ASA
- PIMENTEL, I. F. (2007). Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina. *Campus Social*, 3/4, p. 19-43
- REPÚBLICA PORTUGUESA (1939). *Decreto-Lei nº 30 135/1939. Diário do Governo, I série. 291, de 14/12/1939*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 1403- 1405.
- REPÚBLICA PORTUGUESA (1954). *VI Legislatura - Diário das Sessões: Sessão n.º 50, de 23 março*. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional, p. 815
- REPÚBLICA PORTUGUESA (1956). *VI Legislatura - Diário das Sessões: Sessão n.º 161, de 3 de julho*. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional, p. 1237
- RODRIGUES, E. V. (2010). O Estado e as Políticas Sociais em Portugal. *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX, p. 191-230
- RODRIGUES, C. (2014). *Os deputados assistentes sociais na Assembleia Nacional e na Assembleia da República: principais intervenções parlamentares entre 1949 a 2011*. Tese de Dissertação de Mestrado em Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra: ISMT
- ROSA, Mª T. et al. (2000). *O trabalho social e a profissão de Assistente Social em Portugal*. Lisboa: CIES/ISCTE
- SAMPAIO, Mª Leonor Botelho (1958). O serviço social: salvaguarda dos valores familiares'. *Cadernos de Serviço Social* (Boletim trimestral das trabalhadoras sociais portuguesas). Ano 2, nº 5, jan./fev./março, p. 24-32.
- SAMPAIO, Mª Leonor Botelho (1961). Serviço social comunitário nos meios piscatórios. In: *Atas Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social*. Comunicação (Vol. 5). Lisboa: Publicação da JAS-Junta Central das Casas dos Pescadores, p. 405-416.
- SAMPAIO, Mª Leonor Botelho; FONSECA, Armando Carvalho da (1952). Assistência à família. Princípios e realizações. *Boletim da Assistência Social*, nº 107 a 110, p. 103-133
- SAMPAIO, Mª Leonor B.; FONTES, Vítor Hugo Moreira; SACRAMENTO, Mário Emílio de Moraes (1971). *A criança e o livro: aspetos psicológicos, pedagógicos e literários*. Lisboa: Livros Horizonte
- SILVA, T. P. G. R. S. (2016). *A primeira Escola de Serviço Social em Portugal: O projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955)*. Tese de Doutoramento em Serviço Social Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa: ULL, <http://hdl.handle.net/11067/269>
- TORGAL, Luís Reis (2009). *Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra

